CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL / BRASÍLIA

INFORMAÇÃO Nº 003 \ 19/AC/BSB/SNI/75

DATA : 7 JAN 1976

ASSUNTO : PUBLICAÇÕES DA REVISTA VISÃO

ORIGEM : AC/BSB

DIFUSÃO : AC/SNI

ANEXO : XEROCÓPIA DE EDITORIAIS

---

1. A revista "VISÃO" em editorial na edição do dia 23/06/75, intitulado "CADEIA DE EQUÍVOCOS" (pg. 11), de responsabilidade do Diretor-Presidente da empresa HENRY MAKSOUD afirma:

   a. "O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade. Recruscedeu nos últimos anos, mas de longa data é registrado na história econômica brasileira, embora a constituição estabeleça o primado da iniciativa privada, a ação estatizante no país se desenvolve quase inconscientemente".

   ANÁLISE PARCIAL:

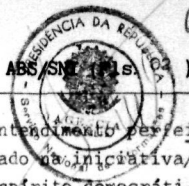
   Neste período existe a afirmação de que a onda de estatização aumentou nos últimos anos, contrariando dispositivo constitucional, desenvolvendo-se quase que inconscientemente.

   b. "Nossa sociedade parece não ter ainda adquirido uma noção perfeita do significado da democracia nem uma compreensão bem definida do regime econômico que se baseia na iniciativa privada. Essa timidez do espírito democrático e privatista do povo brasileiro é, na verdade, a grande abertura por onde se esgueiram ou se avolumam as ondas menores ou maiores do estatismo".

   ANÁLISE PARCIAL:

   Neste período, há afirmação de que o povo brasileiro não/

- continua -

CONFIDENCIAL

sabe bem o que é democracia e não tem entendimento perfeito do que seja um regime econômico baseado na iniciativa/privada. Depois, a afirmação de que o espírito democrático e privatista do povo brasileiro é tímido; em virtude disso, a onda estatizante se propaga com facilidade.

c. "A esses vêm somar-se os nacionalistas xenófobos. Para / eles, ainda que democratas e privatistas, melhor é a estatização da economia do que o seu domínio pelo capital estrangeiro. Este, por seu turno, não se preocupa com o processo estatizante, enquanto não é atingido diretamente, e até tira proveito da estatização, pois muitos homens responsáveis geralmente desprezam a idéia de estimular, para novos projetos, o surgimento de empreendedores brasileiros ou apoiar a empresa nacional que se desenvolve, preferindo o caminho simples de lançar mão de organizações alienígenas".

ANÁLISE PARCIAL:

Aqui, é preferível que a economia nacional seja dominada pelo capital estrangeiro do que ficar sob o controle do Estado. Depois, incoerentemente, o articulista acusa o capital estrangeiro de aproveitar-se da estatização, mas a culpa não é dele, e sim de "muitos homens responsáveis " que, por comodidade, preferem utilizar-se do mesmo a estimular o desenvolvimento de empresas nacionais.

d. "E nos momentos em que as empresas privadas nacionais atravessam crises, o empresário estrangeiro imediatamente se apresenta para absorvê-las, oferecendo capital ou facilidades tecnológicas. Exemplo típico é o da indústria automobilística, em torno da qual floresceu inicialmente todo um parque fabril nacional de autopeças, posteriormente absorvido numa ocasião de crise. Extiguiu-se um rico capitalismo nacional que poderia vir a constituir um dos esteios do privatismo no país e, mesmo, da longevidade privada da indústria-núcleo estrangeira. Desnacionalisando, o capital estrangeiro aguça ainda mais aquilo que, na aparência, é nacionalismo sadio, mas que na essência é estatismo. A onda a favor das empresas do Estado é engrossada,

- continua -

assim, pelo próprio desempenho da empresa estrangeira, que não está preocupada com a doutrina econômica dominante no País, mas apenas com os proventos que possa tirar de um mercado crescente e que procura tornar cativo através de proteções aduaneiras e outros favores governamentais".

ANÁLISE PARCIAL:

Neste período o Governo é acusado de aliar-se a empresas/ estrangeiras para alijar as empresas nacionais.

e. "São parcelas expressivas das chamadas esquerdas que contestam os regimes fortes, propugnam por liberdade de expressão, condenam a **sensura**, defendem a democratização ou socialização dos benefícios, clamam pela melhor distribuição de rendas e, simultâneamente, defendem a estatização total da economia, uma posição de economia fechada que sempre vem acompanhada de uma situação política fechada, totalitária. Essas mesmas forças também se equivocam quando, ao tomar a defesa do nacionalismo, confundem empresa estatal com empresa privada".

ANÁLISE PARCIAL:

Neste período o articulista condena a oposição, a qual, apresenta defesa da democracia, da melhor distribuição de renda, etc, defende a estatização da economia, o que, no entender do autor, é caminho aberto para um regime totalitário. E diz mais ainda: defender ou tomar a defesa do ancionalismo não é defender a empresa estatal e sim a empresa privada. Portanto, defender a empresa estatal é uma atitude antinacional.

f. "Para os que não se equivocam, pois militam ideologicamente, seu objetivo maior é realmente, através do estatismo, a implantação de um regime político exótico que nem a sociedade brasileira nem seus governantes estão buscando. E uma minoria, utilizando o diversionismo, oferece o flanco da subversão para ser combatido, desviando a atenção do plano econômico, que vai sendo paulatinamente conquistado dentro de uma estratégia global".

ANÁLISE PARCIAL:

Aqui, há acusação que existem dentro do Governo, ou ele -

- continua -

mentos com influência na área governamental que estão pretendendo, através da estatização, implantar regime político estrangeiro no País, o que equivale dizer, regime comunista. A técnica desses, seria a de desviar a atenção do povo para problema da subversão, enquanto procuram dominar centro do plano econômico.

g. "Equívoco maior comete outra expressiva parcela da sociedade brasileira que, condenando a pobreza e a injustiça, termina por engrossar as fileiras que lutam contra a empresa privada, buscando um regime socialista utópico que acaba sendo um passo para uma situação política incompatível com suas aspirações, princípios e idéias".

ANÁLISE PARCIAL:

Neste período, não se deve condenar a injustiça e a pobreza, pois isso significa lutar contra a empresa privada e termina por levar implantação do comunismo.

h. A capa da revista "VISÃO" que publicou o editorial acima analizado, traz a gravura de um gancho nas cores verde-amarelo, a sustentar elos de correntes. O gancho nas cores / verde-amarelo (cores nacionais) possivelmente representa a atividade estatal, presa à qual se encontra a atividade econômica do país.

2.A Revista "VISÃO", edição do dia 04/8/75, publicou editorial sob o título <u>PROGRESSO TECNOLÓGICO SEM RAÍZES</u>. Assina-o: HENRY MAKSOUD.

a. Esse editorial versa sobre o acordo nuclear BRASIL-ALEMANHA.

Escreve o editorialista:

"E, no debate que o acordo reabriu, também é constrangedor perceber-se claramente a frustação dos técnicos e cientistas brasileiros por não participarem, mais uma vez, de um processo que busca o desenvolvimento tecnológico nacional, conforme manifestações colhidas na recente reunião anual da sociedade brasileira para o progresso da ciência. Nesse debate surgem opiniões segundo as quais a transferência pode limitar-se à "compra" de tecnologia estrangeira que, ingressando no país, passa a ser mais utilizada com proveito,

- continua -

contribuindo para gerar mais empregos e incrementar o produto nacional bruto através das novas indústrias implantadas com o "know how" importado. Mero engano.
Esta concepção simplista e imedialista do problema é que mantém o país no estágio de subdesenvolvimento".
ANÁLISE PARCIAL:
Neste período o autor do editorial começa por afirmar que os técnicos e cientistas brasileiros foram colocados à margem do processo de desenvolvimento tecnológico nacional. Depois, com base em opiniões, afirma que a transferência da tecnologia nuclear alemã para o BRASIL é, na verdade, uma "compra" de tecnologia estrangeira. O editorialista usa ao final do período uma afirmação de que a compra de tecnologia poderá contribuir para gerar mais emprego e incrementar o PNB. Após, com a expressão, breve / mas que produz impacto, MERO ENGANO, anula todas as afirmações positivas que fizera. E conclui acusando: esta concepção simplista e imediatista do problema é que mantém o país no estágio do subdesenvolvimento. Observa-se a grave acusação que essa oração final encerra; isto é, as decisões importantes na área governamental são tomadas sem critério, sem maiores análises e cuidados; são tomadas decisões visando apenas à solução ou ao encaminhamento imediato do problema, sem se preocupar com as consequências ou necessidades futuras da nação, sendo isso causa para que o país permaneça subdesenvolvido.

b. "O desenvolvimento do potencial tecnológico exige muito / mais do que estudo, uma vez que procede, como tantas outras habilidades, da prática, e a maior parte do aprendizado tem que ser feita pela realização e não pela leitura. O BRASIL dispõe dessa infra-estrutura: universidades e institutos de pesquisa, empresas de consultoria de engenharia organizadas, experientes, e um dinâmico parque industrial. É preciso, porém, que toda essa infra-estrutura seja estimulada, dinamizada e aproveitada. Essa providência, entretanto, parece não estar nas cogitações de muitos funcionários do Estado, que não desejam interferências em

- continua -

seus esquemas de poder e prestígio político... Assim, todos os que não estão no esquema estatal provavelmente ficarão olhando por cima do muro, participando apenas esporadicamente ou em trabalhos secundários e vendo o progresso tecnológico realmente nacional ser postergado, deixado para outra oportunidade, para outras gerações, talvez".

ANÁLISE PARCIAL:

Nesse período, o autor do artigo incita os meios universitários, científicos, empresariais e industriais. Afirma / que as universidades, cientistas, empresas de consultoria de engenharia e indústrias poderiam ser chamados a participar do processo. Mas não o serão, porque os funcionários do Estado não desejam interferência em seus esquemas / de poder, de prestígio político e ..."reticências", isto é, e também por motivos inconfessáveis ou seja de interesses pessoais escusos. E conclui afirmando que todos aqueles que não fizerem parte da "panela" do esquema estatal, permaneceram à margem, e enquanto isso o progresso tecnológico realmente nacional vai ficando de lado.

A revista "VISÃO" tem grande penetração no meio universitário brasileiro. A empresa que edita essa revista desenvolve ampla campanha no meio universitário, oferecendo a assinatura da revista por preço correspondente a um terço do preço normal. Esse artigo, como os demais contra a empresa estatal,pode ter graves influências no meio universitário, predispondo os futuros técnicos e cientistas nacionais a não colaborar com os empreendimentos levados a efeito pelo Estado ou por empresa estatal. A revista também circula amplamente nos meios empresariais e industriais. Isso, pode ser parte de uma campanha dirigida por grupos estrangeiros, visando ao enfraquecimento da atividade estatal no país.

3. A revista "VISÃO", edição do dia 15 SET 75, publicou editorial sob o título " A OPERACIONALIDADE DA DESESTATIZAÇÃO". Assina-o: HENRY MAKSOUD.

   a. "O editorialista, nesse artigo, após louvar a liberdade / de imprensa nos ESTADOS UNIDOS e a participação da empre-

- continua -

Departamento de Imprensa Nacional —

sa privada americana em projetos desenvolvidos pelo gover no daquele país, escreve: "O Estado concentra os recursos financeiros, canaliza-os para seus cofres e empreende,sob a alegação de que não há capital privado para investir de acordo com as necessidades do desenvolvimento nacional . Não vê, porém, que não há capital porque ele está com o Estado, inclusive a poupança privada. Os próprios gover - nantes, entretanto, sentem que o caminho que está sendo trilhado pelo país não é o que mais consulta aos interes-ses nacionais. Sentem que é preciso viabilizar o desenvolvimento do sistema privado através de medidas em que o Estado não interfira indevida e indiscriminadamente. Não é fácil, porém, reverter o processo da estatização mormente quanto já bastante acelerado e aprofundado.

É necessário, entretanto, iniciar a reversão, quanto an - tes. E uma das primeiras medidas a adotar é não punir / aqueles que se manifestam clara e abertamente (é impres - sionante o clima de temor que rodeia toda discussão sobre o tema) contra o processo de estatização, nem reagir com boicotes, nem permitir a discriminação e a pressão econômica. É preciso para isso, antes de tudo, que muitos dos agentes de Estado operem com o mais aberto espírito público, evitando que seus interesses e preferências predomi - nem".

ANÁLISE PARCIAL :

Nesse período há acusação clara de que o setor privado / não dispõe de recursos para investir, porque todos os recursos estão em poder ou sob controle do Estado. Depois o articulista fez uma afirmação que pode resultar em efeitos sumamente negativos na opinião pública, no que diz respeito ao grau de responsabilidade e seriedade com que são conduzidos os destinos do país. A afirmação é: os próprios governantes, entretanto, sentem que o caminho que está sendo trilhado pelo país não é o que mais consulta aos interesses nacionais. Depois como se professando uma espécie de "meaculpa", o articulista diz que uma das primeiras medidas a se adotar para que processe a desestati

- continua -

zação é não punir aqueles que falam clara e abertamente / contra processo, não reagir com a aplicação de boicotes, nem permitir a discriminação e a pressão econômica. Em outras palavras, o governo usa desses expedientes altamente condenáveis, quando se vê criticado. E mais uma vez afirma, indiretamente, que os "agentes do Governo" agem subordinando os interesses e preferências deles.

b. No restante do artigo ou editorial, o autor continua a citar exemplos de modelos estrangeiros, especificamente, o americano e invoca a privatização da economia nacional como algo que deve ser feito em obediência ao Artigo 170,da Constituição. Indica inclusive fórmulas a serem seguidas/ para o que chama de operacionalidade da desestatização.

4. A revista "VISÃO" é de propriedade da Firma HIDROSERVICE-ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, com sede à rua Afonso Celso, 235, SÃO PAULO.

O autor dos editoriais da revista "VISÃO", ora focalizados , HENRY MAKSOUD, empreendeu viagem no decorrer desse ano a países do ORIENTE MÉDIO, a saber: EGITO, LÍBANO, ARÁBIA SAUDITA, KUWAIT E IRAQUE . Exatamente nessa área do mundo se situam os maiores recursos financeiros, provinientes da comercialização do petróleo. Quais seriam os objetivos e a missão desenvolvida nessa viagem por HENRY MAKSOUD.

5. CONCLUSÃO ANALÍTICA:

RECEPTIVIDADE À POLÍTICA GOVERNAMENTAL

Campanha indiscriminada do"GRUPO VISÃO" contra as empresas / estatais. Possibilidade de a revista "VISÃO", de propriedade da Firma HIDROSERVICE-ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, estar servindo de portavoz de empresas transnacionais. A companhia visa mobilizar a opinião pública contra atividades de empresas estatais, visando inclusive à população universitária.

MAKSOUD EM MISSÃO NO ORIENTE MÉDIO

O engenheiro Henry Maksoud, Diretor Presidente da HIDROSERVICE, empreendeu rápida, mas produtiva, missão aos países do Oriente Médio. Viajando no jato executivo da empresa, Maksoud estabeleceu inúmeros contatos com autoridades e homens de negócio do Egito, Líbano, Arábia Saudita, Kuwait, Irã e Iraque. Além de debater questões de interesse comum entre o Brasil e esses países, especialmente problemas de tecnologia, o Presidente da HIDROSERVICE exibiu, para platéias selecionadas, um filme narrado em árabe mostrando o desenvolvimento brasileiro, o alto nível da tecnologia nacional, a potencialidade da Empresa e as obras por ela projetadas. Maksoud foi alvo de várias manifestações de simpatia nos países que visitou, tendo sido, inclusive, recebido em palácio, para um jantar, pelo Presidente da República do Líbano, Suleiman Franjieh.

COMUNICAÇÕES ATRAEM NIGERIANOS

Como parte do programa traçado pelo Ministério das Comunicações, esteve na HIDROSERVICE a missão nigeriana que, em decorrência de convite feito pelo governo brasileiro, veio conhecer o estágio em que se encontra o Brasil no setor de telecomunicações. O Brigadeiro Mortala Mohamed, Ministro das Comunicações da Nigéria, chefiava a missão que era constituída dos seguintes membros: B. G. Popo (Deputy Permanent Secretary), I. O. Lasode (Director of Telecommunications), E. A. Amon (Co-Manager National Telecommunications Planning Project), C. O. Nri (Chief-Engineer of the National Trunk Maintenance Service), S. O. Johnson (Chief-Engineer for Contracts), Ten. A. Akintude (Ajudante de Ordens do Chefe da Missão). Com a comitiva vieram também Sunday Ogundele, Encarregado dos Negócios da Nigéria no Brasil, e João Santelli Junior, Secretário para Assuntos Internacionais da Secretaria Geral do Ministério das Comunicações.

A missão Nigeriana em visita ao Centro de Processamento de Dados. Em primeiro plano o Brigadei[ro] Mortala Mohamed.

CONSIDER E SIDERBRÁS VISITAM A HIDROSERVICE

Com o objetivo de estabelecer contatos relativos a serviços em sua área de interesse, estiveram visitando o Escritório Central da HIDROSERVICE: o Engenheiro Marcello Sergio Fernandes, Diretor de Marketing da Siderbrás; Engenheiro Olinto Alvares Villas Boas, Coordenador de Siderurgia do Consider; e o Engenheiro Jair dos Santos Lapa, Assessor de Assuntos Siderúrgicos do Secretário de Planejamento do Presidente da República. Os visitantes foram recebidos por membros da Diretoria da Empresa, tendo-lhes sido oferecido um almoço, após o qual, percorreram as diversas dependências da HIDROSERVICE.

MINISTRO DOS TRANSPORTES VISITA FERROVIAS

O Ministro dos Transportes General Dirceu Araújo Nogueira esteve na localidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, a fim de inspecionar as obras ferroviárias do trecho Tiaraju-Vacacai, cujo projeto e supervisão de construção estão a cargo da HIDROSERVICE. Acompanhou a visita o chefe do Departamento Geral de Obras da Rede Ferroviária Federal S/A. Engenheiro Amando Liger da Rocha e Brito.

Progresso tecnológico sem raízes

Com o acordo nuclear, voltou ao noticiário dos jornais, com maior intensidade e destaque, a questão da "transferência de tecnologia". O debate em torno do assunto é de alta conveniência para os interesses nacionais, pela importância que tem, para o desenvolvimento, a criação de uma base tecnológica dentro do país. Infelizmente, porém, o tema, na maioria das vezes, vem sendo abordado parcial ou unilateralmente, quando não de forma distorcida. E, no debate que o acordo reabriu, também é constrangedor perceber-se claramente a frustração dos técnicos e cientistas brasileiros por não participarem, mais uma vez, de um processo que busca o desenvolvimento tecnológico nacional, conforme manifestações colhidas na recente Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Nesse debate surgem opiniões segundo as quais a transferência pode limitar-se à "compra" de tecnologia estrangeira que, ingressando no país, passa a ser utilizada com proveito, contribuindo para gerar mais empregos e incrementar o produto nacional bruto através das novas indústrias implantadas com o *know-how* importado. Mero engano. Esta concepção simplista e imediatista do problema é que mantém o país no estágio do subdesenvolvimento. A política de simples compra de tecnologia não só acarreta a dependência dos conhecimentos vindos do exterior, como expõe o país ao risco de importação de *know-how* já ultrapassado, geralmente acompanhado de equipamentos e maquinaria obsoletos; dependência essa prorrogada sem limites, na medida em que se adota indefinidamente essa política, pois, toda vez que se faz necessária a tecnologia, o recurso é recorrer novamente ao exterior. Essa dependência faz também com que as universidades e os institutos de pesquisa fiquem à margem do processo produtivo nacional, pois, não havendo solicitação de pesquisas aplicadas e de desenvolvimento de produtos e/ou processos, aquelas entidades tendem a restringir-se à pesquisa puramente acadêmica, quando muito.

Não basta admitir, porém, que a importação dos "pacotes" tecnológicos é inconveniente. Nem basta aceitar que não se faz a transferência de tecnologia pela aquisição de instalações completas de indústrias, usinas, sistemas eletrônicos, etc., para serem montadas no país, sob a gerência e técnica de fora. É preciso compreender por que o "pacote" é inconveniente e como se dá realmente a tão comentada transferência.

Tecnologia é, fundamentalmente, conhecimento desenvolvido na prática, acumulada por quem faz, armazenada em "cabeças". Não está em compêndios. Se ela vem eventualmente, em caráter precário, com pessoal estrangeiro que temporariamente entra em contato com gente local, dificilmente é transferida. Mesmo que enriqueça a bagagem de conhecimentos de técnicos do país receptor, não os dota da capacidade de criar. Ainda mais porque os que recebem o novo *know-how* geralmente não estão efetivamente integrados na atividade de fazer, mas na de conservar e operar, ou apenas na de acompanhar e dar suporte a quem realmente faz.

Essa errônea e infrutífera política de transferência de tecnologia deixa marginalizada ou em posição secundária também a consultoria de engenharia, a quem estão afetas as atividades de planejamento, engenharia de projeto, de processo e de produto e a administração da implantação de empreendimentos industriais e de infra-estrutura. Nessas atividades de alto nível intelectual e criativo, entretanto, se desenvolvem a capacidade de saber fazer e a capacidade gerencial, as duas molas propulsoras do desenvolvimento econômico. Os efeitos da atuação desse ramo da engenharia se irradiam e se multiplicam por todos os setores da economia nacional e são também retroativos seqüencialmente, estimulando a pesquisa básica nas universidades e institutos. E são exercidas, hoje, ante a complexidade do mundo moderno, por empresas privadas devidamente organizadas, onde se somam os conhecimentos e experiências em equipes multidisciplinares, porquanto já não é possível ao indivíduo, isoladamente, deter o volume de informações técnico-científicas disponível e necessário a todo e qualquer empreendimento.

Segundo o professor Alec Cairncross, da Universidade de Oxford, "tecnologia não é mágica e sua transferência entre dois países não se pode fazer como se empresta um livro, sendo indispensável que o país receptor tenha uma infra-estrutura apropriada para aplicar as inovações. O desenvolvimento do potencial tecnológico exige muito mais do que estudo, uma vez que procede, como tantas outras habilidades, da prática, e a maior parte do aprendizado tem que ser feita pela realização e não apenas pela leitura".

O Brasil dispõe dessa infra-estrutura: universidades e institutos de pesquisa, empresas de consultoria de engenharia organizadas e experientes e um dinâmico parque industrial. Poderia, portanto, receber com maior proveito contribuições efetivas para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

É preciso, porém, que toda essa infra-estrutura seja estimulada, dinamizada e aproveitada. Essa providência, entretanto, parece não estar nas cogitações de muitos funcionários do Estado, que não desejam interferências em seus esquemas de poder e prestígio político... Assim, todos os que não estão no esquema estatal provavelmente ficarão olhando por cima do muro, participando apenas esporadicamente ou em trabalhos secundários e vendo o progresso tecnológico realmente nacional ser postergado, deixado para outra oportunidade, para outras gerações, talvez.

Se o debate que se trava, mesmo com as distorções e erros, chegar a tempo de corrigir esse estado de coisas, terá sido altamente profícuo e de grande utilidade ao país.

HENRY MAKSOUD

Desencorajando a crítica construtiva, enfraquece-se o Governo, que só é forte quando conta com a participação efetiva da opinião pública nacional e com a contribuição de todas as forças vivas da nação.

A reversão que se pretende não poderá ser feita, naturalmente, de uma só vez. Há de ser progressiva, porém firme. Impedindo a formação de novas empresas estatais em áreas de alçada da iniciativa privada e principalmente esvaziando as organizações que estão fugindo às suas atividades-fim para exercer funções [illegible] podem ser delegadas aos particulares.

Naturalmente, poderá haver uma preocupação nas áreas governamentais quanto ao aproveitamento do excedente dos recursos humanos que naturalmente se formará nas repartições e empresas do Estado quando da reversão. Esse excedente, porém, será certamente aproveitado nas empresas privadas que passarão a exercer as funções transferidas. Mesmo com a maior eficiência das organizações particulares, não haverá desemprego, pois, em compensação, a dinamização dos serviços e obras, abrindo novas áreas de trabalho, deverá forçar a maior mobilização de pessoal. Agora mesmo, com a legislação que permite a contagem recíproca do tempo de serviço no Estado e na iniciativa privada, mais fácil será a transferência de recursos humanos de uma área para outra.

Se, ao lado dessas medidas, o Governo também procurar apenas "bancar o jogo" das oportunidades, não se arvorando em empreendedor único para movimentar os depósitos que lhe são confiados, mas usando-os para comprar bens e serviços a quem demonstra, no setor privado nacional, capacidade e potencial para empreender, então estaremos iniciando um movimento de abertura estimulante da economia para a iniciativa privada.

Até que se consiga privatizar amplamente o sistema econômico, conforme previsto no artigo 170 de nossa Constituição, é possível começar a abri-lo com o que aí está, utilizando, como exemplo, a entidade criada nos EUA para atividades pioneiras no espaço cósmico. A NASA, em seus programas espaciais, tem tido como aliados, entre contratados e subcontratados, milhares de empresas privadas americanas, o que, além de manter milhões de empregos, permitiu a aquisição e a difusão de novos conhecimentos tecnológicos que favoreceram enormemente não só as condições de competitividade dos produtos americanos no mercado internacional mas também as condições, custos e qualidade da vida nos EUA.

Aqui, desde que se queira dar operacionalidade ao processo de desestatização, podemos fazer com que todos os programas de ação do Governo, principalmente naqueles setores classificados como de atuação direta estatal, tais como os de energia, transportes, comunicações, mineração, siderurgia e atividades de educação, saúde, previdência social e finanças, sejam realizados, a partir de agora, com o mínimo de atuação direta do Estado, que deverá delegar tudo aquilo que não for estritamente atividade-fim a empresas privadas nacionais capacitadas e, na eventual ausência delas, estimular, com vontade, o seu aparecimento.

As organizações estatais não mais cresceriam e em muitos casos seriam reduzidas naqueles setores não ligados diretamente aos seus estritos objetivos finais.

Muitas dessas organizações não teriam mais que algumas dezenas ou centenas de empregados em lugar dos muitos milhares de que hoje dispõem, pois a função precípua do Governo não é executar; é decidir e promover a execução, contratando, custeando, financiando a realização daquilo que lhe compete.

Agora mesmo, sem nenhum trauma ou estardalhaço, algo nesse sentido está sendo realizado no âmbito da CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Criada em 1948, chegou a ter mais de 19 mil funcionários e realizava, até há pouco, diretamente, quase tudo, desde as construções até a operação, com pessoal próprio, de farmácia, hospital, padaria, supermercado e fazenda, mantendo seu quadro, sem reduções, mesmo nas baixas de serviço. A atual administração, com o apoio do Ministério das Minas e Energia e da Eletrobrás, vem promovendo, no processo de desinchação, a melhoria da eficiência, atribuindo a empresas privadas, cada vez mais, inúmeras atividades-meio, já conseguindo reduzir o número de funcionários de 19.289, em junho de 1974, para os 13.800 atuais. E isto em uma região como o Nordeste, onde a CHESF ainda é considerada como uma das poucas "braúnas" sob a qual todos desejam acolher-se.

Para dar operacionalidade ao processo, porém, é preciso também reabilitar o conceito de lucro, uma das barreiras ao desempenho da iniciativa privada nacional. Ainda persiste, contra o lucro, o preconceito cujas raízes vêm da Antigüidade. É comum ouvir-se, de funcionários públicos, que não adquirem bens, serviços e obras porque no preço estão pagando lucros. Outros não querem assumir a responsabilidade de delegar a particulares nacionais o fornecimento de bens, serviços e obras, porque assim o fazendo estão escolhendo uma pessoa física ou jurídica para receber lucros. Ficam constrangidos em pagar lucros e, para evitar o constrangimento, preferem realizar diretamente aquilo de que necessitam ou comprar de outras organizações estatais ou até mesmo de firmas estrangeiras. Ou então atribuem aos particulares nacionais, aos pedaços, as tarefas menos nobres e pelas quais encontram justificativa para pagar.

Extirpando o preconceito contra o lucro, evitando a criação indiscriminada de empresas estatais, delegando mais e mais atribuições à iniciativa privada, dedicando-se estritamente às suas atividades-fim e limitando-se ao papel de agente decisor e promotor da execução do que pretende, dando ensejo ao surgimento de novos empreendedores e fortalecendo as empresas nacionais existentes, o Governo certamente encontrará um dos caminhos mais seguros para dar novo ân[illegible] e garantir auto-sustentação à economia nacional. ●

Progresso tecnológico sem raízes

Com o acordo nuclear, voltou ao noticiário dos jornais, com maior intensidade e [illegible]taque, a questão da "transferên[illegible] tecnologia". O debate em t[illegible] assunto é de alta conveniência [illegible] os interesses nacionais, pela importância que tem, para o desenvolvimento, a criação de uma base tecnológica dentro do país. Infelizmente, porém, o tema, na maioria das vezes, vem sendo abordado parcial ou unilateralmente, quando não de forma distorcida. E, no debate que o acordo reabriu, também é constrangedor perceber-se claramente a frustração dos técnicos e cientistas brasileiros por não participarem, mais uma vez, de um processo que busca o desenvolvimento tecnológico nacional, conforme manifestações colhidas na recente Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Nesse debate surgem opiniões segundo as quais a transferência pode limitar-se à "compra" de tecnologia estrangeira que, ingressando no país, passa a ser utilizada com proveito, contribuindo para gerar mais empregos e incrementar o produto nacional bruto através das novas indústrias implantadas com o *know-how* importado. Mero engano. Esta concepção simplista e imediatista do problema é que mantém o país no estágio do subdesenvolvimento. A política de simples compra de tecnologia não só acarreta a dependência dos conhecimentos vindos do exterior, como expõe o país ao risco de importação de *know-how* já ultrapassado, geralmente acompanhado de equipamentos e maquinaria obsoletos; dependência essa prorrogada sem limites, na medida em que se adota indefinidamente essa política, pois, toda vez que se faz necessária a tecnologia, o recurso é recorrer novamente ao exterior. Essa dependência faz também com que as universidades e os institutos de pesquisa fiquem à margem do processo produtivo nacional, pois, não havendo solicitação de pesquisas aplicadas e de desenvolvimento de produtos e/ou processos, aquelas entidades tendem a restringir-se à pesquisa puramente acadêmica, quando muito.

Não basta admitir, porém, que a importação dos "pacotes" tecnológicos é inconveniente. Nem basta aceitar que não se faz a transferência de tecnologia pela aquisição de instalações completas de indústrias, usinas, sistemas eletrônicos, etc., para serem montadas no país, sob a gerência e técnica de fora. É preciso compreender por que o "pacote" é inconveniente e como se dá realmente a tão comentada transferência.

Tecnologia é, fundamentalmente, conhecimento desenvolvido na prática, acumulada por quem faz, armazenada em "cabeças". Não está em compêndios. Se ela vem eventualmente, em caráter precário, com pessoal estrangeiro que temporariamente entra em contato com gente local, dificilmente é transferida. Mesmo que enriqueça a bagagem de conhecimentos de técnicos do país receptor, não os dota da capacidade de criar. Ainda mais porque os que recebem o novo *know-how* geralmente não estão efetivamente integrados na atividade de fazer, mas na de conservar e operar, ou apenas na de acompanhar e dar suporte a quem realmente faz.

Essa errônea e infrutífera política de transferência de tecnologia deixa marginalizada ou em posição secundária também a consultoria de engenharia, a quem estão afetas as atividades de planejamento, engenharia de projeto, de processo e de produto e a administração da implantação de empreendimentos industriais e de infra-estrutura. Nessas atividades de alto nível intelectual e criativo, entretanto, se desenvolvem a capacidade de saber fazer e a capacidade gerencial, as duas molas propulsoras do desenvolvimento econômico. Os efeitos da atuação desse ramo da engenharia se irradiam e se multiplicam por todos os setores da economia nacional e são também retroativos seqüencialmente, estimulando a pesquisa básica nas universidades e institutos. E são exercidas, hoje, ante a complexidade do mundo moderno, por empresas privadas devidamente organizadas, onde se somam os conhecimentos e experiências em equipes multidisciplinares, porquanto já não é possível ao indivíduo, isoladamente, deter o volume de informações técnico-científicas disponível e necessário a todo e qualquer empreendimento.

Segundo o professor Alec Cairncross, da Universidade de Oxford, "tecnologia não é mágica e sua transferência entre dois países não se pode fazer como se empresta um livro, sendo indispensável que o país receptor tenha uma infra-estrutura apropriada para aplicar as inovações. O desenvolvimento do potencial tecnológico exige muito mais do que estudo, uma vez que procede, como tantas outras habilidades, da prática, e a maior parte do aprendizado tem que ser feita pela realização e não apenas pela leitura".

O Brasil dispõe dessa infra-estrutura: universidades e institutos de pesquisa, empresas de consultoria de engenharia organizadas e experientes e um dinâmico parque industrial. Poderia, portanto, receber com maior proveito contribuições efetivas para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

É preciso, porém, que toda essa infra-estrutura seja estimulada, dinamizada e aproveitada. Essa providência, entretanto, parece não estar nas cogitações de muitos funcionários do Estado, que não desejam interferências em seus esquemas de poder e prestígio político... Assim, todos os que não estão no esquema estatal provavelmente ficarão olhando por cima do muro, participando apenas esporadicamente ou em trabalhos secundários e vendo o progresso tecnológico realmente nacional ser postergado, deixado para outra oportunidade, para outras gerações, talvez.

Se o debate que se trava, mesmo com as distorções e erros, chegar a tempo de corrigir esse estado de coisas, terá sido altamente profícuo e de grande utilidade ao país.

HENRY MAKSOUD

95

editorial

Cadeia de equívocos

HENRY MAKSOUD

O fenômeno da estatização que assola o país não é uma novidade. Recrudesceu nos últimos anos, mas de longa data é registrado na história econômica brasileira. Embora a Constituição estabeleça o primado da iniciativa privada, a ação estatizante no país se desenvolve quase inconscientemente. Nossa sociedade parece não ter ainda adquirido uma noção perfeita do significado da democracia nem uma compreensão bem definida do regime econômico que se baseia na iniciativa privada. Essa timidez do espírito democrático e privatista do povo brasileiro é, na verdade, a grande abertura por onde se esgueiram ou se avolumam as ondas menores ou maiores do estatismo.

Essas ondas são formadas pelo movimento dos que se dizem objetivos, pragmáticos e que justificam a ação do Estado com a suposta falta de iniciativa de empreendedores privados. Se a empresa privada não se faz presente, o Estado deve tomar a frente. A esses vêm somar-se os nacionalistas xenófobos. Para eles, ainda que democratas e privatistas, melhor é a estatização da economia do que o seu domínio pelo capital estrangeiro. Este, por seu turno, não se preocupa com o processo estatizante, enquanto não é atingido diretamente, e até tira proveito da estatização, pois muitos homens responsáveis geralmente desprezam a idéia de estimular, para novos projetos, o surgimento de empreendedores brasileiros ou apoiar a empresa nacional que se desenvolve, preferindo o caminho simplista de lançar mão de organizações alienígenas. As manifestações de empresários brasileiros, do setor da indústria de bens de capital, nesta edição, sugerem a existência dessa outra modalidade de ação predatória contra a iniciativa privada.

E, nos momentos em que as empresas privadas nacionais atravessam crises, o empresário estrangeiro imediatamente se apresenta para absorvê-las, oferecendo capital ou facilidades tecnológicas. Exemplo típico é o da indústria automobilística, em torno da qual floresceu inicialmente todo um parque fabril nacional de autopeças, posteriormente absorvido numa ocasião de crise. Extinguiu-se um rico veio do capitalismo nacional que poderia vir a constituir um dos esteios do privatismo no país e, mesmo, da longevidade privada da indústria-núcleo estrangeira. Desnacionalizando, o capital estrangeiro aguça ainda mais aquilo que, na aparência, é nacionalismo sadio, mas que na essência é estatismo.

A onda a favor das empresas do Estado é engrossada, assim, pelo próprio desempenho da empresa estrangeira, que não está preocupada com a doutrina econômica dominante no país, mas apenas com os proventos que possa tirar de um mercado que julga crescente e que procura tornar cativo através de proteções aduaneiras e outros favores governamentais.

Estatização e desnacionalização, caminhando juntas, vão alijando a empresa nacional do mercado, desestimulando o empreendedor nacional, que se retrai, vendo riscos acima dos que pode correr e sentindo o clima que não lhe é propício. Poderá chegar o dia, então, do confronto final entre as empresas estatais e as transnacionais ou multinacionais. Quando esse confronto ficar bem caracterizado, é óbvio que a empresa estatal predominará, inclusive devido a razões nacionalistas fáceis de entender. A desnacionalização acabará em total estatização.

A onda estatizante é avolumada, ainda, por outros que também agem equivocadamente. São parcelas expressivas das chamadas esquerdas que contestam os regimes fortes, propugnam por liberdade de expressão, condenam a censura, defendem a democratização ou socialização dos benefícios, clamam pela melhor distribuição de renda e, simultaneamente, defendem a estatização total da economia, uma posição de economia fechada que sempre vem acompanhada de uma situação política fechada, totalitária. Essas mesmas forças também se equivocam quando, ao tomar a defesa do nacionalismo, confundem empresa estatal com empresa privada.

Para os que não se equivocam, pois militam ideologicamente, seu objetivo maior é realmente, através do estatismo, a implantação de um regime político exótico que nem a sociedade brasileira nem seus governantes estão buscando. É uma minoria, utilizando o diversionismo, oferece o flanco da subversão para ser combatido, desviando a atenção do plano econômico, que vai sendo paulatinamente conquistado dentro de uma estratégia global.

Equívoco maior comete outra expressiva parcela da sociedade brasileira que, condenando a pobreza e a injustiça, termina por engrossar as fileiras dos que lutam contra a empresa privada, buscando um regime socialista utópico que acaba sendo um passo para uma situação política incompatível com suas aspirações, princípios e idéias.

Neste emaranhado de equívocos, produzido ao longo dos anos, vive hoje o Brasil. Essa cadeia de equívocos precisa ser desfeita para que não tenhamos a iniciativa privada nacional atacada pelas forças de esquerda, pelo capital estrangeiro e pelo próprio Estado.

96

CONTÉM ANEXO ARQUIVADO
NA SE - 06/AC/SNI

• CASSETE